

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio do Povo

Class.: 862

Data: 29.11.72

Pg.: _____

Caingangue, um sobrevivente bêbado, doente e oprimido

IJUI, 28 (Do Correspondente) — Sobreviventes de uma política oficial. É assim que uma antropóloga, a professora Lígia Simonian, de Ijuí, define os índios Caingangues e Guaranis que podem ser vistos perambulando, fracos e bêbados, pelo Interior do Rio Grande do Sul. Suas conclusões, a respeito da posição assumida desde o século passado pelo Estado, diante da chamada problemática indígena, não são baseadas apenas em suposições ou avaliações distanciadadas, muito em moda. Lígia convive com os índios, periodicamente.

A antropóloga, que leciona na Federal, está preparando uma tese de mestrado, abordando a invasão das áreas indígenas, e que defenderá no Museu Nacional do Rio de Janeiro, da Universidade Federal daquele Estado. Nas suas andanças pelas reservas gaúchas, ela recolhe depoimentos, investiga a situação dos grupos, faz comparações com o quadro de anos atrás e arrisca previsões que, quase sempre, são pouco animadoras.

Um de seus últimos trabalhos a respeito do sistemático flagelo dos índios foi feito para uma conferência no Seminário de Estudos Missionários, realizado em Santa Rosa, em outubro último. O tema do trabalho, "Proteção Indígena Estadual, o Caso Inhacorá", permitiu que a professora vasculhasse fatos não muito divulgados, e que envolvem as muitas demarcações da reserva de Inhacorá, no município de Santo Augusto, a pouco mais de 100 quilômetros de Ijuí.

A HISTÓRIA

A devassa que Lígia Simonian fez na história da reserva resultou numa extensa relação de nomes de políticos ainda hoje em atividade, e que na década passada estimularam uma redivisão na área indígena, sob o argumento de que as terras poderiam ser melhor aproveitadas por colonos. Essa posição política de apoio ao Estado e de incentivo a ocupação das terras, até mesmo por latifundiários, ampliou uma situação de "miserabilidade crônica a que os índios foram submetidos".

As informações a respeito da área originalmente ocupada pelos Caingangues de Inhacorá não são oficiais, mas baseadas, entre outras fontes, na versão "dos mais antigos do grupo". Até 1916, os indígenas teriam uma extensão de terras discriminadas de cerca de 14 mil hectares. Neste mesmo ano, o Estado — "responsável pela "proteção" aos índios" — reduziu a reserva para 8 mil hectares e, em 1921, com a demarcação da área, sobram apenas 6 mil hectares.

A partir daí, tantas foram as decisões em torno da redução da área, que hoje restam Caingangues. "Com relação à garantia das terras — diz Lígia Simonian em sua pesquisa — o Estado não só se constituiu em esbulhador de Inhacorá, como também permitiu a destruição do patrimônio florestal e, conseqüentemente, do meio ecológico".

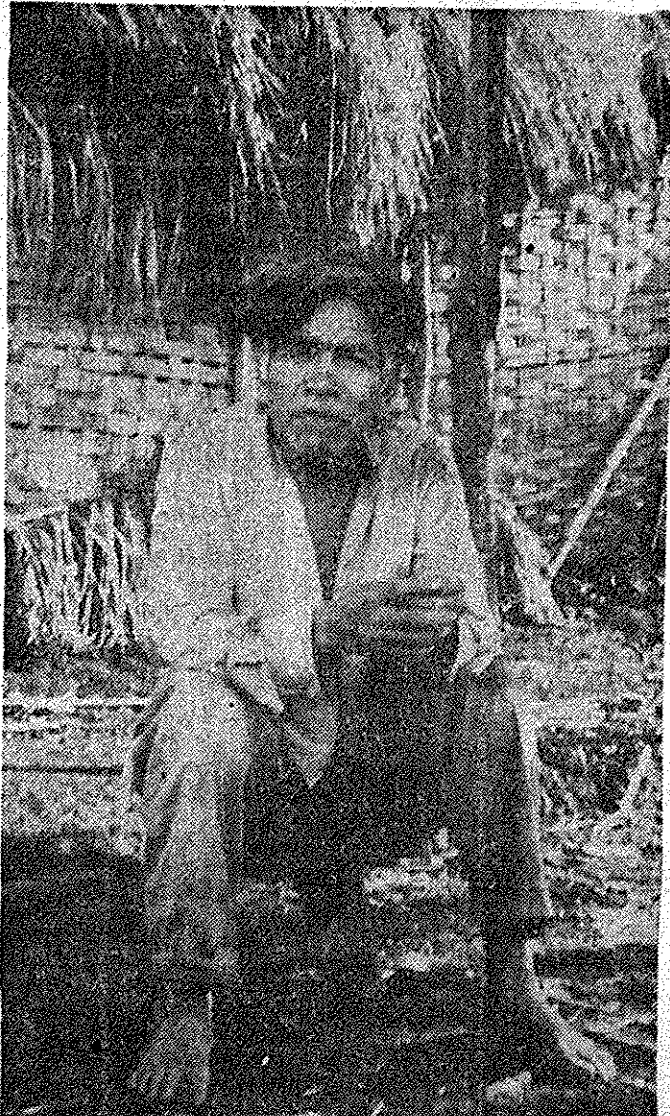
Moradores de Santo Augusto contam, por exemplo, que a devastação das florestas foi bastante intensa de 1945 a 1960. Já nessa época os bolichos de Santo Augusto estimulavam os Caingangues a consumirem cachaça, enquanto as serrarias continuavam tirando proveito das matas. A Secretaria da Agricultura teria, nesse período, instaurado um inquérito para apurar a participação de seus funcionários na exploração da madeira, mas nada disso foi encontrado pela antropóloga nos arquivos do órgão.

UMA REVOLTA; UM MORTO

A invasão das serrarias chegou a provocar uma tentativa de reação dos índios, quando a revolta ficou apenas nos planos. "Os Indígenas — diz Lígia Simonian — contam que muitas vezes o chefe mandava atacar os caminhões, mas estes estavam quase sempre guarnecidos por gente armada, contra os quais não poderiam lutar com seus arcos e flechas". Caciques mais corajosos, como Tibúrcio Fongue, não tiveram muita sorte: Tibúrcio foi morto, em 1922, e os criminosos chegaram a ser presos, mas depois teriam "fugido".

Com toda essa repressão, a miséria dos Caingangues já era ressaltada em 1946, pelo jornalista José Amandio, em reportagem publicada na Revista do Globo. "Os indígenas de Inhacorá estão definindo", dizia ele, afirmando que os Caingangues estavam "mazos de causar dó e muito se assemelhando aos marginais que estamos acostumados a ver".

Amandio dizia mais: "A população desse toldo já foi numerosa; agora está reduzida a 60 indígenas, com poucas crianças. Quase todos morrem ao nascer ou nascem mortos". Segundo o mesmo jornalista, já em 1946 as crianças Caingangues que sobreviviam à fome



Enquanto suas matas eram devastadas os...



Caingangues eram estimulados a beber cachaça

eram "verdadeiros paraísos da sífilis. Isso sem falar da tuberculose, que também trabalhava direitinho na minguada infância desse toldo". Anos depois, em 1953, o "Correio do Povo" se referia à reserva como "a aldeia dos bêbados", e o jornal Folha da Manhã, de Ijuí, definia o passeio dos indígenas pela cidade da região, numa perambulação que pouco sensibilizava o então Serviço de Proteção aos Índios, como "um espetáculo repulsivo".

No final da década de 50, o Estado voltaria a demonstrar preocupação com a reserva de Inhacorá, dando continuidade ao que — diz Lígia Simonian — "considerava ser a sua racionalidade, que pode ser traduzida em termos de remédios". Foi o jornal Correio Serrano, de Ijuí, que noticiou essa preocupação oficial com a "proteção aos selvagens", afirmando que em Inhacorá a situação era "melhor que a de anos anteriores".

PROTECIONISTA

"Os índios já não andam embragados, maltrapilhos e mulambos. Hoje eles andam bem vestidos, trabalham na agricultura, praticam a religião, estão sendo alfabetizados, já possuem uma capelinha e uma escola", contava o jornal. Em 1961, o mesmo Correio Serrano alardeava: "Notável obra assistencial e civilizadora". Esta era a manchete de uma notícia que enumerava os benefícios da ação do Estado: a sífilis estava erradicada "com injeções de penicilina", os índios começam a plantar, deixaram

de perambular e construíram casas e "chiqueiros para os suínos".

"Por que o Estado teria, de repente, se preocupado com a situação dos Caingangues?", indagava-se hoje Lígia Simonian, parece ter feito parte apenas para quem a "proteção oficial" dos "relâmpagos protetcionistas, proporcionando um determinado atendimento, quando as condições objetivas tornam intoleráveis as condições de vida das populações indígenas". Para ela, a atenção do Estado não chegou a atender aos reais interesses do grupo, servindo apenas para avolumar "a folha de serviços de funcionários e ampliar os feitos do governo".

Essas dúvidas e deduções são confirmadas, na verdade, logo depois que o Estado admite as falhas cometidas, e em 1961 as autoridades reconhecem o fracasso da tentativa de preservar as terras em poder dos Caingangues. Mesmo assim, outras experiências paternalistas seriam colocadas em prática, como as chamadas roças coletivas, para que os indígenas explorassem a agricultura e se fixassem na área, mas nada deu certo. Ao mesmo tempo, a reserva continuou vulnerável, e a invasão de posseiros era ampliada, a cada ano, com esporádicas e pouco efetivas intervenções do Estado.

A INVASAO

Foi em 1960 que a invasão da reserva começou a ter homologação oficial, através de um projeto do deputado Antônio

Bresolin (hoje suplente do MDB na Câmara Federal), para quem havia falta de terras para os colonos gaúchos, e a melhor opção eram as áreas indígenas. O projeto de Bresolin previa — segundo Lígia Simonian — a "usurpação de 46.217 hectares de terras indígenas", em favor dos colonos, e expressava "claramente o que a sociedade estava a conceber com relação às áreas que restaram aos índios".

O projeto do deputado não chegou a ser aprovado. Houve uma forte reação, na Assembleia Legislativa, liderada por Paulo Brossard, Jairo Brum, Getúlio Marcantônio e Cândido Norberto. Com o apoio de Romeu Scheid e Harry Sauer, entre outros deputados, Bresolin foi buscar respaldo no interior e mereceu aplausos da Câmara de Vereadores de Tenente Portela, que incentivava a iniciativa.

Bresolin queria que o Estado dividisse em lotes as áreas consideradas "devastadas" das reservas de Cacique Doble (nos municípios de Machadinho e S. José do Ouro), Guarita, de Tenente Portela e Nonoai, do município de Nonoai. O deputado recorreu inclusive a um surpreendente argumento, quando previu que o projeto não estava conquistando simpatia. Para ele, se as posições contrárias, de que as terras de índios não podem ser invadidas, fossem defendidas com coerência, muita gente teria que devolver propriedades, pois todo o território nacional pertenceu aos indígenas.

A DESTRUIÇÃO

Mesmo que a intenção de Bresolin não tenha sido aprovada, o seu projeto valeu como um estímulo à invasão das áreas, segundo Lígia Simonian. Em 1961 a "usurpação das terras", como diz a antropóloga, era reforçada com outra proposta, esta oficializada pelo então secretário da Agricultura, Alberto Hoffmann (hoje deputado federal da Arena), que criava uma estação experimental do órgão na reserva. A estação tomou mais 1.750 hectares dos Caingangues (além dos 9.049 hectares antes destinados à colonização e as áreas ocupadas por "particulares), provocando, na época, uma reação do historiador Moyses Westphalen.

Para o historiador, a criação da estação representava "o endosso e a consolidação do esbulho praticado pelo governo anterior, quando apossou-se de grande parte da terra dos índios. O espírito de fraude — afirmava ele, em artigo publicado no Correio do Povo, em 1965 — torna-se evidente quando se atenta para a extensão excessiva da área reservada e para o objetivo de interesse público proclamado".

O projeto de Antônio Bresolin, que estimulou a tomada das reservas pelos posseiros, e a criação da estação experimental são interpretados por Lígia Simonian como resultados de um "longo processo em que se tentou, no caso a sociedade e o Estado, por todos os meios, destruir os povos indígenas, que não sucumbiram às compulsões burocráticas e ecológicas". Para ela, fica claro que, ao restringir o território das tribos, "o Estado preparou a dispersão dos índios, promoveu profundas frustrações psicológicas e a desagração dos elementos identificadores e unificadores do grupo".

350 SOBREVIVENTES

O Estado também tentou impor aos Caingangues convivência da tribo em minifúndios, para marginalizá-los e colocar a força de trabalho dos índios a serviço do camponês, do empresário rural. Mas tudo isso, "e mais as tentativas de deslocamentos forçados para outras áreas, o contágio de doenças, a devastação das florestas, a exploração da mão de obra", não foram suficientes, segundo ela, para promover a extinção dos indígenas.

Em 1963, o governo do Estado transferiu para a Funai (Fundação Nacional de Apoio ao Índio) a responsabilidade pelo encaminhamento da política oficial em Inhacorá. Nada, no entanto, mudou a partir daquele ano. Os Caingangues continuam perambulando pelas cidades da região das Missões, vendendo balaios, tomando cachaça, enquanto suas terras continuam com as mesmas dimensões, "que inviabilizam — por suas limitações — a superação de todos os problemas que foram impostos ao grupo".

Hoje, a reserva de Inhacorá tem em torno de 350 índios, que enfrentam a mesma ameaça de ter suas terras reduzidas ainda mais. Mas eles sobrevivem, e — para Lígia Simonian — este é um sinal de que poderão, um dia, recuperar em parte o que perderam. "Os indígenas — diz ela — conseguem reagir, e a sua miséria testemunha a falácia utilizada pela sociedade, para impor a última expropriação territorial aos Caingangues de Inhacorá". (Texto de Moyses Westphalen).